

RELAÇÃO INDIVÍDUO E SOCIEDADE – A CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE
BITTAR, Mona – UFG – monnabittar@bol.com.br
GT: Psicologia da Educação / n.20
Agência Financiadora: Sem Financiamento

Acentuadamente, as teorias psicológicas têm tratado a temática da subjetividade na sua externalidade, ancorada em uma compreensão dicotômica da relação indivíduo e sociedade. A visão predominante que tem se configurado na trajetória da psicologia privilegia uma concepção naturalizada de indivíduo, sedimentando e legitimando um determinado tipo de procedimento racional que se alastra e se consolida no seu campo. Ao processo de naturalização do indivíduo corresponde o processo de naturalização da sociedade, concebida como realidade distinta, quando não oposta, externa e independente dele. Como resultado desse procedimento, o conceito de sociedade remete a um todo e o de indivíduo a uma parte, ambos abstratos. Nesse sentido, é possível afirmar que a predominância de uma concepção de indivíduo e sociedade em oposição, aprisionados em campos diversos e antagônicos, acaba por converter em abstrações realidades que, na sua essência, estabelecem relações concretas que não se excluem e carregam em si componentes de tensão e conflito que as constituem num único movimento.

Está em causa, assim, a discussão da relação entre indivíduo e sociedade em uma perspectiva que articula o singular e o universal, o individual e o social, o psíquico e a cultura, sem abdicar das tensões resultantes das especificidades dessas realidades referidas e distintas. Trata-se de discutir a constituição do indivíduo a partir das mediações culturais que o constituem como dimensão de uma realidade que o marca concretamente.

Num sentido amplo, é possível afirmar que a psicologia se constitui e se desenvolve contemplando os diferentes princípios explicativos que assentaram as denominadas escolas ou teorias psicológicas, mas, para a compreensão dos seus fundamentos, é preciso, recuperar nos seus diferentes modelos explicativos, a historicidade do seu processo, ou seja, apreendê-los enquanto expressão lógica de realidades históricas. Nessa perspectiva, é preciso discutir os elementos que possibilitam colocar em causa a compreensão da relação entre indivíduo e sociedade e seus desenvolvimentos.

A psicologia, que se constitui e se desenvolve solidariamente ao modo de produção capitalista, carrega em si as marcas de sua história: as marcas das idéias comprometidas ideologicamente com a concepção liberal e burguesa e a tradição positivista.¹

As concepções objetivistas são predominantes nessa trajetória, privilegiando o estudo de um objeto estrito, o indivíduo, explicado por suas exteriorizações. Porém, ainda que predominante, essa concepção não é a única no campo dessa ciência que, no seu desenvolvimento, assenta outros aportes teóricos que se ocupam da vida subjetiva, do psiquismo, com ênfase na determinância dos aspectos subjetivos. Assim, se a psicologia contemporânea é marcada por um desenvolvimento que a inscreve, de um lado, no campo da ciência positivista, sua história evidencia, também, outra tendência, menos predominante: a psicologia como ciência do “sentido íntimo” ou subjetivista.

A trajetória dessa ciência apresenta, ainda, a conformação de outras concepções que se fundam sob princípios explicativos que rompem radicalmente com a tendência positivista, particularmente a teoria psicanalítica², que se constitui a partir de uma ruptura com essa tradição ao privilegiar a apreensão da dimensão psíquica mediada pelos processos culturais, assentando um caminho fértil para a discussão da relação entre indivíduo e sociedade.

Horkheimer e Adorno (1978), ao discutirem a temática do indivíduo e da sociedade, reafirmam a predominância de concepções que consideram essas realidades em oposição, e a antítese entre esses conceitos se torna hegemônica nas ciências, particularmente referendadas no aporte positivista, que se converte em ideal científico das ciências naturais e das ciências humanas e sociais. A crítica a essa concepção é balizada pela naturalização

¹ A psicologia, como as demais ciências humanas, se consolida em um contexto histórico no qual prevalece, majoritariamente, o modelo de racionalidade do conhecimento positivo. “Ao se constituir enquanto ciência positiva, a Psicologia supunha haver abandonado todas aquelas questões metafísicas com as quais os filósofos vinham se confrontando inutilmente há séculos, como as relações mente e corpo, homem e natureza, biológico e social, interno e externo, particularidade e universalidade. A ausência desses traços metafísicos deveria ser um traço das novas ciências. Historicamente ia se consolidando um interesse que se revelaria dominante (...) qual seja, o de conhecer o homem em sua dimensão mais individual” (Miranda, 1992,p.72).

² Ao destacarmos a psicanálise o fazemos em função do recorte que elegemos para este trabalho, qual seja, discutir a relação entre indivíduo e sociedade no campo dessa teoria. Não a colocamos como a única teoria que pode se contrapor a determinadas teorias psicológicas, pois reconhecemos a importância de outras teorias que avançam na compreensão da relação entre indivíduo e sociedade, entre elas, a de Vygotsky e a de Wallon. Porém, como todo recorte, representa uma opção, uma intencionalidade e, nesse sentido, também os riscos dessa escolha.

dos fenômenos sociais e humanos. E a ciência acaba por converter-se num “fim em si mesmo”.³

Na discussão da ciência positivista, há uma idéia de indivíduo que é funcional para a manutenção do modo de produção capitalista, pois, em nome do indivíduo autônomo e independente, dissimulam-se as relações de dominação política e exploração econômica, negam-se as determinações sociais sobre o psiquismo e inviabiliza-se a compreensão do indivíduo como ser eminentemente social, concreto e histórico.⁴

Essa perspectiva materializa o antagonismo entre indivíduo e sociedade, com ênfase nos aspectos singulares e naturais, que não expressam o que essas realidades são na sua essência. A psicologia, nessa trajetória, assume o caráter de uma ciência individualista, ao privilegiar uma concepção fragmentada de indivíduo, mascarando a centralidade das relações sociais. Ao se ocupar, historicamente, do estudo do indivíduo independente, “livre”, autônomo, essa concepção se materializa na afirmação do individualismo e na dicotomia entre a realidade objetiva e a realidade subjetiva.⁵ “A psique desligada da dialética social, tomada em abstrato, em si mesma, e posta sob a lupa, se adequa admiravelmente como ‘objeto’ de ‘investigação’ em uma sociedade que ‘introduz’ os sujeitos como mero ponto de referência da força de trabalho em abstrato” (ADORNO, 1991,p.168).⁶

Horkheimer, ao analisar as idéias positivistas, afirma que essa concepção acaba apresentando uma visão reificada da realidade, tanto objetiva quanto subjetiva, pois, “A ciência moderna, tal como os positivistas a entendem, se reporta essencialmente a

³ “Os fenômenos sociais são produtos históricos, nos quais tendências históricas se apresentam como tensões internas dos próprios processos sociais; é por isso que a oposição entre a pura teoria das formas das relações entre os homens e a dinâmica da História nos deixam, em última análise, na posse de um molde vazio, no qual se perdeu toda a consciência do que é social” (Horkheimer e Adorno, 1978,p.19-20).

⁴ “Com o liberalismo, debaixo da influência da livre concorrência, surge a funcionalidade de se considerar o indivíduo como algo autônomo, independente. Num momento em que as relações de produção já se encontravam desenvolvidas, era necessário que o indivíduo fosse ‘livre’, autônomo, independente para/e tão somente poder se oferecer no mercado como força de trabalho. Esse indivíduo autônomo era necessário e imprescindível à autonomia burguesa” (Resende, 1997,p.16).

⁵ “Esse culto ao individualismo constitui uma das manifestações de um processo histórico que dá origem, mantém e fundamenta a sociedade capitalista e tem sua base no fato que o capitalismo necessita de indivíduos que sejam ‘livres’ e desembaraçados para produzir, consumir e concorrer entre si. Nessa perspectiva, torna-se fundamental privilegiar o indivíduo em detrimento de sua condição de ser social, pertencente a uma universalidade, a uma sociedade, a uma classe social” (Miranda, 1999, p.48).

⁶ “La psique desligada de la dialéctica social, tomada en abstrato en sí misma y puesta bajo la lupa, se adecua admirablemente como ‘objeto’ de ‘investigación’ en una sociedad que ‘introduce’ a los sujetos como mero punto de referencia de la fuerza de trabajo em abstrcto”(Adorno, 1991, p.168).

afirmações sobre fatos, e portanto pressupõe a reificação da vida em geral e da percepção em particular. O próprio conceito de ‘fato’ é um produto – um produto de alienação social...(HORKHEIMER, 2000, p.87-88).

Para Horkheimer e Adorno (1978), a condição para apreender a constituição do que é universal, particular e singular diz respeito às “conexões” entre realidade objetiva e psiquismo. Nesse sentido, a tese da independência do indivíduo em relação à sociedade é abstrata, pois essas realidades se constituem em reciprocidade, em um processo que é dinâmico e complexo. Ao assimilar o caráter histórico de toda realidade social e humana, é possível abandonar o terreno das abstrações e apreender as tensões e os antagonismos constitutivos dessas realidades. O indivíduo concebido dessa maneira ampla se afasta cada vez mais da sua condição “natural”, pois está referido à sociedade.

Horkheimer (1990) reafirma a importância da apreensão dessas realidades na história e em reciprocidade, pois “(...) o elemento subjetivo no conhecimento dos homens não é sua arbitrariedade, mas(...) é sua própria história, que deve ser compreendida em conexão com a história da sociedade”(p.29). Esses aspectos são essenciais e fundamentam a compreensão da relação indivíduo e sociedade como uma única realidade, na qual o particular se expressa no universal que, por sua vez, expressa essa particularidade.

Portanto, os processos de humanização do homem estão referidos à totalidade das relações que o determinam, a partir da gênese de processos sociais mais amplos, e, nesse contexto, é possível apreender a relação entre indivíduo e sociedade como processo histórico, solidário e recíproco.

Nessa tradição da reciprocidade, a temática da relação entre indivíduo e sociedade vai ser desenvolvida por Adorno (1991) no campo próprio da psicologia. Ao apontar uma tradição na ciência que privilegia uma visão dicotômica e uma cisão entre realidade objetiva e subjetiva, Adorno postula que esse procedimento implicou processos de ideologização das teorias psicológicas, que enfatizou os aspectos particulares, mascarando os aspectos sociais.

Ressalta a importância de não analisar os determinantes objetivos e subjetivos como fenômenos isolados, pois eles são realidades que se inscrevem numa totalidade que não pode negar as tensões resultantes do confronto das demandas objetivas com as demandas subjetivas. Nessa perspectiva, é real o caráter ideológico da psicologia que, historicamente,

estuda o indivíduo apartado da cultura, portador de uma lógica própria, e esse processo de ideologização deve vir à tona como condição de esclarecimento da sua constituição, contemplando uma perspectiva que a inscreva na relação com a cultura.

O psicológico, como um interior relativamente autônomo em relação ao externo, se converteu em debilidade em uma sociedade que o busca incansavelmente(...)O sujeito em que predomina o psicológico como algo subtraído da racionalidade social é desde sempre um estranho, uma extravagância (ADORNO, 1991, p.155).⁷

Para Adorno, a separação entre os seres humanos e as condições sociais nas quais se constituem potencializa uma concepção abstrata marcada pela cisão e potencializa a incapacidade do indivíduo de se reconhecer na sociedade, que o constitui e ao mesmo tempo é espaço de antagonismo entre essas realidades. Critica tanto a psicologia quanto a sociologia na conformação dessa cisão entre sujeito e objeto, pois a primeira, ao se debruçar sobre o indivíduo, e a segunda, sobre a sociedade, como realidades distintas e independentes, se afastam da apreensão da complexidade de realidades contraditórias que se constituem em reciprocidade. Aponta que a separação entre sociedade e indivíduo é falsa, pois nega a relação entre objetividade e subjetividade, perpetua a cisão, e mascara o desvelamento do que essa relação expressa.

A separação entre a sociedade e a psique é falsa consciência: eterniza categorialmente a cisão entre o sujeito vivente e a objetividade que impera sobre os sujeitos e que, porém, são eles quem a produzem. Contudo, desta falsa consciência não se pode retirar, por decreto metodológico, o solo em que pisa. Os homens não conseguem reconhecer a si mesmo na sociedade, nem tampouco neles, porque encontram-se alienados entre si e frente a todos. Suas relações sociais coisificadas os apresentam necessariamente como seres em si mesmos.(ADORNO, 1991, p.139).⁸

Outrossim, Jacoby (1977), também analisando a trajetória da psicologia, afirma que essa ciência deve ser analisada articulada ao contexto social e cultural no qual se inscreve,

⁷ “Lo psicológico, como um interior relativamente autônomo respecto al exterior, se há convertido em enfermedad em um sociedad que lo busca sin descanso(...) El sujeto em que predomina lo psicológico como algo subtraído a la racionalidade social pasa desde siempre por uma anomalia, um estraçalario” (Adorno, 1991, p.155).

⁸ “La separación entre sociedad y psique es falsa conciencia: eterniza en forma de categorías la escision entre el sujeto vivente y la objetividade que impera sobre los sujetos y que, no obstante, son ellos quienes producen. Pero nose le puede quitar el terreno a esa falsa conciencia por decreto metodológico. Los seres humanos no son capaces de reconocerse a sí mismos en la sociedad, ni ésta en ellos, porque están enajenados entre sí y respecto al conjunto. Sus relaciones sociales coisificadas se les presentan necesariamente como seres en sí mismos”(Adorno, 1991, p.139).

pois está “profundamente emaranhada” nessa realidade. E ainda assinala a emergência, na psicologia, de novas teorias explicativas da constituição do indivíduo, no intuito de se adequar às mudanças ocorridas na estrutura social, particularmente a partir da década de 1950. Essas “novas” teorias anunciam o esgotamento de teorias do passado, denominadas “ultrapassadas”, e argumentam que um novo contexto exige novos princípios explicativos para a compreensão do indivíduo. “O que preocupa os contemporâneos é o espectro da sufocação individual e psíquica; é este o fantasma que a Psicologia conformista procura aquietar”.(JACOBY, 1977, p.7).

O autor critica esse movimento de substituição e construção de novos princípios explicativos da constituição do indivíduo e afirma que essas teorias se assentam em pressupostos epistemológicos insuficientes quando se considera a dinâmica do desenvolvimento social e as conseqüências desse processo nos indivíduos, apontando a destituição da história na compreensão da dinâmica social. E observa que o “fenômeno da substituição” não se restringe à psicologia, mas se faz presente em todas as áreas do conhecimento.

Jacoby utiliza o termo “amnésia social” como marca desses tempos que, em nome do “novo”, relegam deliberadamente ao passado a teoria. Ao afirmar que a sociedade perdeu a capacidade de pensar, gerando o conformismo e a ânsia de construção de novos aportes teóricos, imputa ao passado o “lixo das idéias fracassadas”, e, como sinal dos tempos, o pensamento se submete à moda: “(...) ele despreza o passado, considerado antiquado, e elogia o presente como o que há de melhor” (1977 p.15). Explicita, ainda, a sua discordância com esse modo de pensar e sugere que esse movimento acaba por expressar que a “(...)celebração do presente é auxiliada pela história instantânea(...)essas afirmações sugerem o declínio do pensamento crítico; a mente moderna não consegue mais pensar pensamentos, consegue apenas localizá-los no tempo e no espaço” (JACOBY, 1977,p.15).

Essa análise enfatiza a crítica à psicanálise conformista (pós-freudiana) como uma tendência cultural que gera a “amnésia social”, assim como critica o positivismo como uma tendência muito presente na psicologia. Portanto, não basta apontar para a Psicanálise. É preciso distinguir “qual psicanálise”. Essas considerações referenciam a crítica às teorias que sustentam a naturalização do pensamento, legitimando relações de dominação e

ocultando contradições que operam no processo civilizatório e que constituem o indivíduo. Para Jacoby, na perspectiva da teoria crítica, a retomada da temática da subjetividade deve ocorrer referida às condições objetivas que a constituem.

Aceitar a subjetividade tal como hoje existe, ou melhor, como hoje não existe, é aceitar implicitamente a ordem social que a mutila. O caso, porém, não é apenas de rejeitar a subjetividade em nome da ciência ou afirmá-la em nome da poesia; e sim de investigá-la a sério. Essa seriedade necessariamente implica compreender-se até que ponto a subjetividade prevaiente está ferida e mutilada; tal compreensão significa mergulhar na subjetividade, não para louvar a sua agudeza e profundidade e sim para avaliarem-se os danos (JACOBY, 1977,p.12)

Ao recolocar a discussão da relação entre indivíduo e sociedade, a temática da subjetividade ganha corpo e é objeto privilegiado em várias análises que apontam também a fertilidade dessa discussão a partir da consideração das mediações que constituem o indivíduo, pois expressam, do ponto de vista psíquico, a cultura na qual ele se inscreve. Assim, o caminho a ser trilhado, em contraposição às concepções objetivistas e subjetivistas, está referido a uma concepção que apreenda a relação entre o psíquico e o social, evidenciando as dimensões culturais constitutivas do indivíduo. E esse caminho parece contemplar um movimento de ruptura com o pensamento que fixa as realidades objetivas e subjetivas como elementos dicotômicos, indicando a possibilidade de reflexão sobre a relação nas quais essas realidades se constituem.

Se o indivíduo só pode ser realmente compreendido quando inserido na totalidade social e histórica que o determina e lhe dá sentido, as mediações determinantes dessa constituição devem ser, portanto, desvendadas. Não se trata de reinventar a subjetividade, mas de apreendê-la a partir das condições concretas que a constituem.

Trata-se de discutir a subjetividade“(...) no contraponto com alguns arriscados ‘giros teóricos’ irracionistas que tem se apresentado (...) na atualidade e que se deslocam fundamentalmente sobre dois eixos comuns e determinantes: a afirmação da impossibilidade da totalidade em nome de um reducionismo particularista que se funda no indivíduo, no micro; e a dissolução da história nesse deslocamento para o particular com seus contrabandos irracionistas. A partir daí é preciso recolocar a subjetividade na história” (RESENDE, 1999,p.2).

A compreensão da subjetividade, portanto, coloca em causa as condições concretas sob as quais esta se constitui. Configura-se, assim, a necessidade de recuperar as

contribuições das teorias que discutem a subjetividade no processo civilizatório no qual a humanidade se estabeleceu e se desenvolveu. O indivíduo se constitui em determinadas condições históricas e culturais e é necessário apreender essas mediações materiais que conformam a sua subjetividade, não como elementos que o afetam externamente, mas que são introjetados psiquicamente.

Jacoby (1977) enfatiza que uma “teoria objetiva (ou não subjetiva)” da subjetividade é condição para romper a trajetória historicamente assumida pelos estudos do tema, desmistificando as concepções subjetivistas, neo e pós-freudianas, que se referem a processos de constituição psíquica apartados da história e da cultura - concepções que se deslocam em direção ao particular, às questões imediatas, ao aparente, em tempos em que se assiste à consolidação de um “subjetivismo sem sujeito”, porque o culto ao individualismo acaba por assentar as condições do seu desaparecimento.

Se a intensificação da subjetividade é uma reação direta ao seu atual declínio, ela no final de contas atua no sentido de acelerar esse declínio. Ao sujeito avariado, ela propõe uma dose maior da mesma coisa. A perda objetiva das relações e da experiência humana é facilitada pela busca interminável das mesmas. Um culto da subjetividade – com drogas e tudo – entorpece os descontentes, ao ponto de fazê-los confundirem sua morte, figurativa e concretamente, com a própria vida. O imediatismo desse processo afasta dele qualquer mediação. O pensamento político e teórico continuado não é simplesmente rejeitado, é esquecido e reprimido. Os slogans e a retórica que o substituem são tão vazios e impensados quanto a sociedade que os agita. O espectro não só da sociedade, mas da oposição à sociedade, que perdeu a memória e a mente, ameaça a História (JACOBY, 1977, p.131).

Daí a fertilidade da psicanálise freudiana para o estudo da subjetividade como possibilidade de enfrentar essa discussão sob outra lógica, pois Freud parte da relação recíproca entre a dimensão psíquica e social, contrapondo-se àquelas concepções que geram a amnésia social e o conformismo.

Freud, ao constituir uma teoria que desvende o psiquismo, explicitando a relação entre a cultura e a constituição do indivíduo, rompe com a concepção hegemônica da “propriedade psíquica particular”. E, ao colocar no centro dessa discussão os antagonismos do processo civilizatório, transgride uma lógica que é conservadora, o que leva Jacoby a afirmar a radicalidade da psicanálise.

Assim, os aspectos psíquicos e os aspectos culturais enquanto elementos tensionados reiteradamente remete à discussão da vida psíquica sob o pressuposto da

reciprocidade. Essa compreensão está notadamente explicitada no exame que Lasch (1983) realiza sobre a relação entre cultura e indivíduo, especialmente quando afirma que a cultura é reproduzida internamente pelo indivíduo, constituindo a sua estrutura psíquica. Reitera a importância da psicanálise que, ao analisar rigorosamente a dimensão psíquica do indivíduo, esclarece a dinâmica interna da sociedade. Precisamente “pelo ato de dar costas à sociedade e de imergir-se no inconsciente individual”(LASCH, 1983, p.58), a psicanálise acaba por revelar os processos de internalização da cultura na psique do indivíduo. Nessa perspectiva, a contribuição da psicanálise no esclarecimento da relação entre indivíduo e sociedade é inegável.

A psicanálise esclarece melhor a conexão entre a sociedade e o indivíduo, a cultura e a personalidade, precisamente quando se confina ao cuidadoso exame dos indivíduos. Ela nos diz mais sobre a sociedade quando menos determinada a fazê-lo ela está. A extrapolação de Freud dos princípios psicanalíticos para a antropologia, a história e a biografia pode ser ignorada com segurança pelo estudioso da sociedade, mas suas investigações clínicas constituem-se num reservatório de idéias indispensáveis, desde que fique entendido que a mente inconsciente representa a modificação da natureza pela cultura, a imposição da civilização sobre o instinto (LASCH, 1983,p.59)

A centralidade que a psicanálise assume na crítica ao conceito de subjetividade tradicionalmente incorporado pela psicologia evidencia como essa teoria contribui para o esclarecimento dessa temática, pois Freud, quando funda a discussão da subjetividade sob novos princípios explicativos, notadamente nos processos culturais e sociais subverte a concepção burguesa de indivíduo autônomo.

Ao se deter na discussão da relação indivíduo e sociedade em uma perspectiva que os compreende referidos a um processo dinâmico e recíproco, a psicanálise, ainda que privilegie a apreensão da estruturação do sujeito psíquico, remete sua análise ao processo civilizatório, o que marca a ruptura que estabelece com o pensamento hegemônico nas ciências. Assim, o caminho de rompimento com essa tradição pode ser trilhado a partir da psicanálise, que incorpora à discussão dessa temática o processo civilizatório e as mediações psicossociais constitutivas da subjetividade, elucidando esse objeto na cultura.

A psicanálise, no seu modo de refletir e pensar a cultura inovou, radicalmente, a forma de compreensão da relação entre indivíduo e sociedade. Freud foi um crítico de seu tempo e seus postulados foram objeto de discussão, rejeição e avaliação, porque explicitavam um movimento de oposição às idéias até então vigentes. O seu trabalho

questionou certezas explicativas sob as quais a humanidade se amparava, especialmente a sua teoria da repressão, a centralidade dos processos inconscientes na constituição psíquica e a afirmação da sexualidade infantil.

Freud afirma a existência e a determinação dos processos inconscientes na estruturação psíquica e opõe-se à hegemonia das concepções teóricas que privilegiam o estudo da consciência no pensamento contemporâneo. Sem dúvida, marca uma virada em relação aos princípios epistemológicos das ciências tradicionais e positivistas quando desloca a centralidade da consciência para os processos inconscientes da vida mental. Nesse sentido, afirma a natureza ativa e dinâmica dos processos inconscientes que, apesar da repressão, continuam atuantes no psiquismo. Os atos e pensamentos que se expressam como conscientes só têm razão de ser a partir de conteúdos inconscientes.

Ao desenvolver o conceito de inconsciente e asseverar que a teoria psicanalítica não acata a identidade entre o consciente e o mental, Freud provocou uma forte reação e oposição tanto por parte daqueles que se dedicavam à filosofia quanto daqueles que elegeram o caminho das ciências tradicionais como forma de conhecimento. Para ambos, ao conceberem todo ato mental como ato consciente, a idéia dos processos inconscientes seria insustentável.

Freud descreve essas resistências como um preconceito intelectual e assegura que “A questão de saber se devemos fazer coincidir o psíquico com o consciente, ou aumentar a abrangência daquele, soa como uma discussão vazia em torno de palavras; mas posso assegurar-lhes que a hipótese de existirem processos mentais inconscientes abre o caminho para uma nova e decisiva orientação no mundo e na ciência” [FREUD, 1916 (1980, p.35)]. O caminho trilhado por Freud na construção da teoria psicanalítica aponta, dessa forma, uma nova perspectiva para a ciência e para a compreensão da humanidade. A psicanálise se constituiu, assim, a partir de princípios epistemológicos que a distanciaram dos métodos tradicionais das ciências naturais, e marcou uma nova “escala de valores no pensamento científico”, consolidando um movimento de ruptura em relação à concepção hegemônica vigente. No texto “Sobre o ensino da psicanálise nas universidades” Freud [1919(1980)] afirma que a psicanálise “Na investigação dos processos mentais e das funções do intelecto segue seu próprio método específico” (p.219), o “método

psicanalítico”. E no texto “A questão de uma *Weltanschauung*”⁹ [1933 (1980)] afirma que a oposição da ciência, que despreza esse objeto como objeto de pesquisa científica, não tem fundamento.

Essa objeção não poderia ser repelida com demasiada energia. Praticamente carece de fundamento, pois o intelecto e a mente são objetos de pesquisa científica exatamente da mesma forma como são as coisas não humanas. A psicanálise tem um direito especial de falar de uma *Weltanschauung* científica nesse ponto, de vez que não pode ser acusada de ter negligenciado aquilo que é mental no quadro do universo. Sua contribuição consiste justamente em ter estendido a pesquisa à área mental. E, aliás, sem tal psicologia, a ciência estaria muito incompleta [FREUD, 1933 (1980, p.194)].

Freud marca, então, claramente, uma ruptura com a psicologia que se vinculava particularmente à fisiologia e era incapaz de discutir suficientemente os processos mentais. Essas concepções levaram Freud a postular uma teoria da vida mental no quadro de uma nova psicologia, uma “psicologia profunda” que estudaria a vida mental em seus aspectos dinâmico, econômico e topográfico, através de métodos específicos.

Ao eleger como objeto de estudo elementos até então desprezados pelas ciências e ao tomar outras fontes e métodos como possibilidade de investigação e produção teórica, Freud reafirmou a psicanálise como ciência, embora não nos moldes e métodos usuais de produção do conhecimento, marcando uma ruptura epistemológica com tais maneiras de apreensão da realidade. A psicanálise:

Na qualidade de ciência especializada, ramo da psicologia – psicologia profunda, ou psicologia do inconsciente – ela é praticamente incapaz de construir por si mesma uma *Weltanschauung*: tem que aceitar uma *Weltanschauung* científica. A *Weltanschauung* da ciência, porém, já diverge muito da nossa definição. É verdade que também supõe a *uniformidade* da explicação do universo; mas, o faz apenas na qualidade de projeto cuja realização é relegada ao futuro. Ademais, marcam-na características negativas, como o fato de se limitar àquilo que no momento presente é cognoscível e de rejeitar completamente determinados elementos que lhe são estranhos. Afirma que não há outras fontes de conhecimento do universo além da elaboração intelectual de observação cuidadosamente escolhidas – em outras palavras, o que podemos chamar de pesquisa - e, a par disso, que não existe nenhuma forma de conhecimento derivada da revelação, intuição ou da adivinhação [FREUD, 1933 (1980, p.194)].

⁹ Freud explicita que *Weltanschauung* é um conceito especificamente alemão e difícil de ser traduzido. “Em minha opinião, a *Weltanschauung* é uma construção intelectual que soluciona todos os problemas de nossa existência, uniformemente, com base em uma hipótese superior dominante, a qual, por conseguinte, não deixa nenhuma pergunta sem resposta e na qual tudo o que nos interessa encontra seu lugar fixo” [Freud, 1933 (1980, p.193)]. Reconhece quatro diferentes *Weltanschauungen*: a ciência, a religião, a arte e a filosofia.

Assim, os pressupostos que fundam a psicanálise possibilitam apreender as mediações psicossociais. As contribuições de Freud para a compreensão da estruturação psíquica são cruciais para a apreensão da relação indivíduo e sociedade, pois a teoria psicanalítica privilegia uma concepção que compreende essas realidades em reciprocidade, referidas ao processo civilizatório, possibilitando, portanto, a apreensão das questões subjetivas na objetividade social. Essa opção e esse caminho trilhado marcam, por sua vez, a concordância com a radicalidade da psicanálise e com a ruptura que Freud estabelece em relação às psicologias objetivistas e subjetivistas.

Os pressupostos da relação homem-homem, da importância do outro na vida psíquica, assumem centralidade na teoria psicanalítica na discussão da relação indivíduo e sociedade. Os mecanismos psíquicos do indivíduo supõem os aspectos propriamente particulares que o diferenciam em relação ao outro, particularidade que não pode ser concebida desvinculada dos aspectos externos que também estruturam psiquicamente o sujeito. A internalização da objetividade concorre fundamentalmente para a estruturação da subjetividade e esse processo ocorre na cultura, que organiza o indivíduo tanto nos seus aspectos particulares quanto naqueles que dizem respeito às relações sociais.

As reflexões de Freud [1921(1996)] sobre a constituição psíquica referida à cultura revela suas dimensões psicossociais e as mediações entre as realidades objetivas e subjetivas. Referencia a discussão das relações entre os homens a partir dos laços sociais, construídos no desenvolvimento da cultura, processo que coloca em causa a satisfação das pulsões do indivíduo quanto às necessidades pulsionais dos outros indivíduos. Esse processo, que é regulado pelas demandas da cultura, se materializa psiquicamente quando o outro quase sempre é tomado como objeto de identificação.

A compreensão do psiquismo não pode se pautar somente pela história individual, mas também pela cultura na qual se desenvolve e estabelece relações com outros homens, construindo uma história referenciada e, portanto, mais abrangente. As marcas psíquicas são resultado das marcas sociais e esse processo é dinâmico, contraditório e complexo, construído pelas transformações da natureza e do próprio homem ao longo do processo civilizatório. A relação de reciprocidade que se estabelece entre o indivíduo e a cultura como espaço no qual o indivíduo se confronta com os outros indivíduos leva Freud a afirmar que a psicologia individual e a psicologia social devem ser analisadas a partir dos

elementos que as sintetizam. Ainda que a psicologia individual se detenha sobre os aspectos particulares e a social, sobre a organização dos indivíduos nos grupos, ambas se referem a uma mesma totalidade social.

Freud, nessa perspectiva que não contrapõe vida individual e vida social, critica a psicologia social tradicional avaliando que as suas discussões privilegiam as alterações que o indivíduo sofre quando do pertencimento ao grupo, ignorando os aspectos que dizem respeito às relações entre os indivíduos no grupo. Os teóricos da psicologia social,¹⁰ ao crivarem a discussão a partir das alterações na estrutura psíquica do indivíduo quando da sua adesão ao grupo, referem-se aos elementos externos que ocasionam essas alterações, apontam o que diz respeito à dinâmica externa do psiquismo e ignoram a dinâmica dos processos internos que mobilizam e mantêm o indivíduo no grupo.

Freud coloca em causa a natureza das alterações mentais no indivíduo e as necessidades do sujeito que o levam à adesão ao grupo, ou seja, a explicação dessa adesão deve ser buscada nos aspectos subjetivos, na dinâmica psíquica do indivíduo. A partir dessas considerações, funda os princípios explicativos da adesão referidos ao conceito de libido, apontando que as relações que se estabelecem no grupo se estruturam a partir desta. A adesão do indivíduo está referida, então, aos laços libidinais. É de natureza afetivo-libidinal os vínculos entre os indivíduos no grupo. A importância das relações entre os indivíduos, da presença do outro para a estruturação psíquica é, assim, enfatizada por Freud nos processos de internalização desse outro que passa a constituir o indivíduo. É nesse sentido que os processos de estruturação psíquica não se colocam em contraposição às relações que os indivíduos estabelecem uns com os outros.

E é nesse terreno que a discussão da relação entre indivíduo e sociedade é fértil para aprender como a estrutura psíquica se constitui. Ao privilegiar uma concepção que apreende a constituição psíquica mediada pelos processos culturais, ou seja, privilegiando a cultura como condição de desenvolvimento do indivíduo, que reflete, do ponto de vista psíquico, a cultura na qual se inscreve, a psicanálise contribui definitivamente para a reflexão dessa temática.

¹⁰ No texto “Psicologia de grupos e análise do ego” [1921 (1996)], ao discutir os vínculos que se constituem nos grupos, Freud dialoga com alguns teóricos da psicologia social, entre ele Le Bon e McDougall, e apresenta objeções às concepções predominantes na análise da relação indivíduo e grupo, desenvolvendo outros princípios explicativos sobre a adesão dos indivíduos aos grupos.

Freud, ao discutir a estrutura psíquica crivada pela cultura possibilita apreender os mecanismos de singularização que se criam e recriam em determinadas particularidades históricas, e ao investigar a vida psíquica considerando os processos de internalização, dispõe a possibilidade de apreender a relação indivíduo e sociedade em sua concretude, porque amplia e complexifica essa relação e permite avançar para além do objetivismo mecânico e do subjetivismo idealista. Ao conceber a estrutura psíquica referida à cultura na qual se inscreve, Freud revela os conflitos entre as demandas pulsionais e as demandas que se objetivam a partir da regulação das relações sociais entre os indivíduos.

Nesse sentido, a psicanálise é fundamental para a inteligibilidade da relação entre indivíduo e sociedade porque referida a um indivíduo portador de dimensões psíquicas e sociais, fragmento de libido e de realidade. Ou seja, é na apropriação dos mecanismos psíquicos que Freud revela a expressão das condições objetivas constitutivas e constituinte do psiquismo individual. Assim, a análise do indivíduo revela as operações internas da própria sociedade. A compreensão do indivíduo não pode referir-se, portanto, à sua existência em si mesmo, pois ele se confronta subjetiva e objetivamente com outros indivíduos e se constitui nessas relações, no campo da sociabilidade, da cultura. A cultura é a realidade na qual a subjetividade se constitui e apresenta os elementos que, internalizados pelo indivíduo, viabilizam tanto a sua existência como a dos outros. Essa tese freudiana coloca o debate da constituição psíquica numa perspectiva dinâmica e permite argüir configurações psíquicas e sociais, pois revela a relação entre o desenvolvimento da cultura e o da constituição psíquica.

A problemática da relação indivíduo e sociedade, se não se resolve (até mesmo porque não se resolve mesmo) se desenvolve e permite argüir as mediações psicossociais constitutivas do indivíduo na contemporaneidade. A análise da relação entre indivíduo e sociedade não pode prescindir das formas culturais nas quais as dimensões psíquicas se constituem e, nesse sentido, realidade objetiva e realidade subjetiva não se separam num processo que articula passado, presente e futuro e do qual a cultura é a expressão, ainda que não aparente. Esse é o desafio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. De la relación entre sociología y psicología. In. *Actualidad de la filosofía*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1991.
- FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e análise do ego (1921). In: *Obras completas*, v.XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. O instinto e suas vicissitudes. (1915). In *Metapsicologia* – livro 11. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Pequena coleção das obras de Freud).
- _____. Um estudo autobiográfico (1925[1924]). In: *Obras completas*, v. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. Sobre o ensino da psicanálise nas universidades (1919 [1918]). In: *Obras completas*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- _____. Conferência I – Introdução (1916[1915]). In: *Obras completas*, v. XV. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- Conferência XXXV - A questão de uma *Weltanschauung* (1933[1932]). In. *Obras completas*, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica: uma documentação*. São Paulo: Perspectiva: Ed. Da USP, 1990.
- *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2000.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor (org). *Temas básicos de Sociologia*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1978.
- JACOBY, Russel. *Amnésia social – uma crítica à Psicologia conformista de Adler a Laing*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- LASCH, Christopher. *A Cultura do narcisismo - a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- MIRANDA, Marília G. de. A psicologia dos psicólogos e a psicologia dos educadores. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v.83, 1992, p.71-74.
- Psicologia do desenvolvimento – o estudo da construção do homem como ser individual. *Educativa*. Goiânia, v.2, jan/dez,1999. p.45-63.
- RESENDE, Anita Cristina Azevedo. O tempo do tempo – objetividade e subjetividade sob o tempo quantificado. São Paulo, PUC, 1997. Dissertação de mestrado.
- Subjetividade: o recorte da Educação. UFG, projeto de pesquisa. Goiânia, 1999.